

OTP RODOVIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

OTP RODOVIAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

A Administração da OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensagem da Administração

Dando sequência ao processo de desmobilização dos seus ativos, o qual tem por objetivo o cumprimento das obrigações perante seus credores e a preservação dos interesses e garantias prestados pelo seu acionista, a Companhia concluiu, em maio de 2023, a alienação da totalidade da participação societária detida na Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO"). Com a alienação, houve a liberação das garantias prestadas e a exoneração das contragarantias outorgadas no âmbito do seguro contratado pela CRO. Além da desoneração, como parte das condições precedentes à alienação, a CRO liquidou uma parcela relativa aos contratos de mútuo detidos pela Companhia, no montante de R\$ 20 milhões, sendo o saldo remanescente utilizado para integralização de capital da Companhia na CRO.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
OTP Rodovias S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da OTP Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OTP Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Concretização da transferência de controle acionário de controlada

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que informa a concretização da transferência do controle acionário da controlada Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") em 02 de maio de 2023, que resultou também na apresentação individual das demonstrações contábeis da Companhia, decorrente da não existência de controlada neste exercício. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2024.

OTP Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.001	10.194	Fornecedores		654	814
Tributos a recuperar		3.018	2.632	Partes relacionadas	8		1.125
Outros ativos		796	1.084	Obrigações sociais e trabalhistas		1.124	3.612
		<u>37.815</u>	<u>13.910</u>	Impostos, taxas e contribuições sociais		573	479
				Outros passivos		29	29
						<u>2.380</u>	<u>6.059</u>
Ativo não circulante							
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido			
Títulos e valores mobiliários	7	131.679	126.431	Capital social	10	1.273.696	1.202.509
Partes relacionadas	8	38.767	38.767	Prejuízos acumulados		(1.067.763)	(1.029.372)
		<u>170.446</u>	<u>165.198</u>			<u>205.933</u>	<u>173.137</u>
Imobilizado		52	88				
		<u>170.498</u>	<u>165.286</u>				
Total do ativo		<u>208.313</u>	<u>179.196</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>208.313</u>	<u>179.196</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2023	2022
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	11	(10.503)	(9.877)
Outras receitas e despesas, líquidas	11	(253)	2
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>(10.756)</u>	<u>(9.875)</u>
Resultado financeiro, líquido	12	<u>23.295</u>	<u>(7.612)</u>
Lucro (prejuízo) das operações continuadas		<u>12.539</u>	<u>(17.487)</u>
Operações descontinuadas			
Resultado de operações descontinuadas	9	<u>(50.930)</u>	<u>11.074</u>
Prejuízo do exercício		<u>(38.391)</u>	<u>(6.413)</u>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no semestre (expresso em R\$)	13	<u>(0,18)</u>	<u>(0,03)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	<u>(38.391)</u>	<u>(6.413)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(38.391)</u></u>	<u><u>(6.413)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OTP Rodovias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.202.509	(1.022.959)	179.550
Prejuízo do exercício		(6.413)	(6.413)
Total resultado abrangente do exercício		(6.413)	(6.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.202.509</u>	<u>(1.029.372)</u>	<u>173.137</u>
Prejuízo do exercício		(38.391)	(38.391)
Total resultado abrangente do exercício		(38.391)	(38.391)
Aumento de capital social	71.187		71.187
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.273.696</u>	<u>(1.067.763)</u>	<u>205.933</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.539	(17.487)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social nas operações descontinuadas	(50.930)	11.074
Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações continuadas		
Ajuste a valor justo	(21.334)	7.498
Baixas de ativo imobilizado	(3)	22
Depreciação	27	33
Juros e variações monetárias, líquidos	257	
Total dos ajustes	(21.053)	7.553
Ajustes para reconciliação do lucro nas operações descontinuadas	50.930	
Lucro ajustado das operações descontinuadas		11.074
Variações dos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	16.086	
Tributos a recuperar	(386)	(129)
Outros ativos	372	9.150
Partes relacionadas	(1.285)	
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(2.394)	(3.084)
Outros passivos	(84)	134
Total das variações	12.309	6.071
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	3.795	(3.863)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais das operações descontinuadas		11.074
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Alienação de ativo imobilizado	12	
Partes relacionadas	20.000	1.727
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	20.012	1.727
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	23.807	8.938
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.194	1.256
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.001	10.194
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	23.807	8.938

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A OTP Rodovias S.A., (“Companhia” ou “OTP Rodovias”), com sede em São Paulo, foi constituída em 09 de dezembro de 2014, tendo por objeto social:

- (i) A exploração de concessões e investimentos em projetos no segmento de rodovias existentes ou que venham a ser licitados no Brasil, exclusivamente por meio de participação, direta ou indireta, em consórcios ou no capital de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista; e
- (ii) A prestação de serviços de: (a) execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação de tráfego, conservação e limpeza, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (b) operação de praças de cobrança de pedágios; (c) auxílio ao usuário, incluindo, mas não limitado a reboque de veículos, atendimento médico pré-hospitalar e inspeção de tráfego em rodovias; (d) planejamento, desenvolvimento, administração, tratamento de dados e gerenciamento de sistemas e de equipamentos de automação; (e) engenharia, compreendendo concepção, planejamento, elaboração de orçamentos e propostas, estudos de viabilidade, contratação, assessoria técnica, execução e gerenciamento de projetos e de obras em geral; (f) gerenciamento, implantação e manutenção de sinalização viária; e (g) gerenciamento e administração de faixas de domínio de rodovias.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP S.A. (“OTP”) e de forma indireta pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

(a) Alienação de controle da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”)

A CRO foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme contrato de concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

O plano de negócios da CRO previa a captação de empréstimo de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém, a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a Companhia, em conjunto com a sua controladora OTP iniciaram a busca por alternativas junto ao Poder Concedente para solução do Contrato de Concessão, mediante a alienação do controle acionário ou a devolução do Contrato de Concessão.

Nesse contexto, no dia 17 de janeiro de 2023, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), cujo objeto é a venda da integralidade das ações da CRO, detidas pela Companhia, para a empresa de economia mista Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”).

Por sua vez, em 02 de maio de 2023, após satisfeitas as condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento constantes do Contrato, foi concluída a alienação da totalidade das ações da CRO à MTPAR pelo valor de R\$ 1,00.

Como parte do acordo, as garantias prestadas pela Companhia e pela OTP foram liberadas e as contragarantias outorgadas no âmbito do seguro da CRO foram exoneradas.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre as condições precedentes à alienação: (ii) os créditos de mútuos detidos pela OTP em face da CRO, no montante de R\$ 71.186 foram transferidos para a Companhia mediante integralização de capital na Companhia; (ii) parte do saldo devido pela CRO à Companhia, no valor de R\$ 20.000 foi liquidado; e (ii) o saldo remanescente de mútuos a receber, no valor de R\$ 439.753 foi transferido para a CRO mediante integralização de capital na investida.

Com a concretização da alienação de controle da CRO, a Companhia passou a deter tão somente participação indireta na Concessionária Rota das Bandeiras S.A., conforme descrito na Nota 7.

(b) Ativos não circulantes mantidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2022, em decorrência das negociações que estavam em andamento à época, os saldos de ativos e passivos da CRO passaram a ser apresentados nas rubricas de “Ativos não circulante mantidos para negociação” e “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação”, no Balanço patrimonial. De forma similar, os resultados e fluxos de caixa dos semestres, passaram a ser apresentados em rubrica de “Operações descontinuadas”, na Demonstração de resultado e na Demonstração de fluxos de caixa, respectivamente.

O registro vinha sendo contabilizado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, sendo os efeitos apresentados na Nota 9.

(c) Compliance

A Companhia, em conjunto com a OTP, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

2. Resumo das principais políticas materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2024.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

Conforme descrito na nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Com a concretização da alienação de controle da CRO, a Companhia deixou de deter participação societária em empresas controladas, deixando, portanto, de elaborar demonstrações contábeis consolidadas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.4. Adoção inicial de novas normas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não impactaram significativamente as demonstrações contábeis, a saber:

- a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros;
- b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e;
- d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, pois a sua vigência é partir de 1º de janeiro de 2024, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2);
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1); e
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

A Companhia determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

b) Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias

A Companhia estima e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o seu respectivo Patrimônio Líquido.

e) Riscos de mercado / Taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco da variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

	Nota	2023		2022	
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6		34.001		10.194
Títulos e valores mobiliários	7	131.679		126.431	
Demais contas a receber			787		450
Partes relacionadas	8		38.767		38.767
Outros ativos			9		634
		<u>131.679</u>	<u>73.564</u>	<u>126.431</u>	<u>50.045</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Fornecedores			654		814
Partes relacionadas	8				1.125
Outras obrigações, excluindo obrigações legais			29		29
			<u>683</u>		<u>1.968</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	2023	2022
Caixa e bancos	104	966
Aplicações financeiras	33.897	9.228
	<u>34.001</u>	<u>10.194</u>

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 95 % e 100% do CDI (2022 - 93% e 103% do CDI).

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 131.679 (2022 – R\$ 126.431) está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP OTP CRB”), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”).

A CRB era controlada integral da Companhia, sendo o controle acionário alienado em 28 de maio de 2019. O Contrato de Concessão, assinado em abril de 2009, tem como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a variação das cotas do FIP OTP CRB foi de R\$ 21.334 (2022 - R\$ 7.498), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB, tendo sido a Companhia recebido o montante de R\$ 16.086 decorrente da distribuição de dividendos pela CRB ao FIP.

8. Partes relacionadas

Empresa relacionada	Ativo	Ativo não	Passivo	Resultado do
	circulante	circulante	circulante	exercício
	Outros ativos	Partes relacionadas	Fornecedores	Transações
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b)	291			
Novonor S.A. - Em recuperação Judicial (b)	12			
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (b)	27			
OTP S.A. (a) (b)	17	38.767		
Vexty S.A. (b)			13	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	347	38.767	13	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	385	38.767	1.125	(644)

- a) Os valores apresentados em Partes relacionadas, no Ativo não circulante, refere-se a operação de mútuo decorrente da transferência de recursos oriundos da alienação da CRC, CBN e CRA para a OTP. Tais recursos foram destinados à amortização parcial das dívidas financeiras da OTP, no contexto das garantias por ela prestadas.
- b) Os saldos de outros ativos e Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas.

9. Ativo não circulante mantido para negociação

Em 31 de dezembro de 2022, devido aos avanços nas negociações para a alienação da participação societária na CRO, conforme descrito na Nota 1, o investimento e os créditos a receber decorrentes dos contratos de mútuo passaram a ser classificados na rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para negociação” e passou a ser mensurado pelo seu valor justo.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 02 de maio de 2023, a Companhia subscreveu 439.752.891 ações da investida, que foram integralizadas com mútuos detidos no valor de R\$ 439.753. Esse saldo encontrava-se acrescido dos créditos de mútuos transferidos pela OTP mediante integração de capital, no montante de R\$ 71.186 (Nota 10), tendo remanescido saldo de R\$ 20.000 o qual foi quitado pela CRO, em moeda corrente nacional, na mesma data, conforme apresentado na movimentação a seguir:

	Saldo no início do exercício	Adição	Transferência	Baixa por recebimento	Outros	Resultado das operações descontinuadas		Saldo no final do exercício
						Equivalência patrimonial	Impairment / Baixa	
Participação societária CRO			439.753			7.069	(446.822)	
Mútuos a receber		71.186	(439.753)	(20.000)	256		388.823	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		71.186		(20.000)	256	7.069	(57.999)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022						63.034	(63.034)	

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Acionista	Saldo		Número de ações ordinárias	
	2023	2022	2023	2022
OTP S/A	1.273.696	1.202.509	1.273.695.539	1.202.509.106

Em 02 de maio de 2023, foi aprovado aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 71.186, mediante a emissão de 71.186.433 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela OTP com créditos de mútuo a receber da CRO (Nota 9).

b) Destinação do resultado do exercício

Conforme previsto nas Lei das Sociedades por Ações, os prejuízos apurados no exercício foram incorporados à conta de prejuízos acumulados, uma vez que não há saldos de lucros ou reservas a ser compensados.

11. Gastos por natureza

	2023	2022
Classificadas por natureza:		
Depreciação	(27)	(33)
Gastos com pessoal	(8.252)	(8.312)
Serviços de terceiros	(2.223)	(1.765)
Outras receitas e despesas, líquidas	(254)	235
	<u>(10.756)</u>	<u>(9.875)</u>
Classificadas por função		
Gerais e administrativas	(10.503)	(9.877)
Outras receitas e despesas, líquidas	(253)	2
	<u>(10.756)</u>	<u>(9.875)</u>

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.356	121
Variações monetárias	6	149
Ajuste de valor justo	21.334	(7.498)
	<u>23.696</u>	<u>(7.228)</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias		(10)
Despesas com juros	(57)	(271)
Tributos sobre operações financeiras	(110)	
Outros	(234)	(103)
	<u>(401)</u>	<u>(384)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>23.295</u>	<u>(7.612)</u>

13. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(38.391)	(6.413)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.249.902	1.202.509
Prejuízo por ação (em Reais)	<u>(0,03)</u>	<u>(0,01)</u>

14. Alterações na legislação tributária

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A Administração não vislumbra impactos decorrentes desta alteração.

* * *